

Organizadores

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Claudefranklin Monteiro Santos



Temas de História e Educação Católica em
Sergipe

Editora
Universitária UFPE

Organizadores
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Claudefranklin MonteiroSantos

Temas de História e Educação Católica em
Sergipe

Editora UFPE
Recife, 2013

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Capa e Projeto Gráfico | Soraya Holder
Revisão | Claudfranklin Monteiro Santos
Impressão e Acabamento | Editora Universitária - UFPE

Catálogo na fonte:
Biblioteca Josely de Barros Gonçalves, CRB4-1748

T278	Temas de história e educação católica em Sergipe / organizadores: Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Claudfranklin Monteiro Santos. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013. [224] p. : il.
	Inclui referências.
	ISBN 978-85-415-0297-9 (broch.)
	1. Igreja católica – Educação – Sergipe. 2. Educação religiosa – História – Sergipe. 3. Ordens monásticas e religiosas – Educação – Sergipe. I. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro (Org.). II. Santos, Claudfranklin Monteiro (Org.).
268	CDD (23.ed.) UFPE (BC2013-148)

Sumário

7	Apresentação <i>Severino Vicente da Silva</i>
13	Prefácio <i>Claudefranklin Monteiro Santos e Raylane Andreza Dias Navarro Barreto</i>
21	Indícios da Educação Jesuítica na capitania de Sergipe (1575-1759) <i>Raylane Andreza Dias Navarro Barreto</i>
47	Para maior glória de Deus e da ordem: a catequese jesuítica a partir do método do Padre Mamiani <i>Ane Luíse Silva Mecnas Santos</i>
77	A reestruturação socioreligiosa em Sergipe no século O XVIII <i>Roberto Sousa</i>
103	Irmadades de Sergipe oitocentista <i>Magno Francisco de Jesus Santos</i>

- 137** As missões Capuchinhas no baixo São Francisco sergipano - sec XVII-XVIII
Katia Maria Araujo Souza
- 167** Catolicismo e distinção social: os espaços religiosos na povoação de Estância, Sergipe
Pericles Andrade
- 195** O catolicismo popular em Sergipe no século XIX: de Sílvio Romero a Melo de Moraes Filho
Claudefranklin Monteiro Santos
- 215** Saudação a Cristo redentor na carta de 1898 do Arcebispo Primaz do Brasil D. Jerônimo Thomé da Silva
Antônio Lindvaldo Sousa

Panorama da pesquisa no campo da religiosidade em Sergipe: Igreja católica em foco

Seja no alto de uma colina, seja num lugar isolado, ao longo de séculos, ergue-se, na paisagem de qualquer cidade do Brasil, uma capela, igreja ou catedral. Sob os sinos que repicam, é bem verdade que alguns deles mudos pela agitação dos tempos hodiernos, centenas de pessoas teceram a história desse país, algumas delas em festas, procissões, quermesses, numa infinidade de gestos, símbolos, cujos rastros estão à espera de olhares acurados, porque não dizer, também, sensíveis, da ciência.

Há mais de dois mil anos, as palavras de um jovem carpinteiro ecoaram na história e suas ressonâncias foram as mais diversas. O Cristianismo assumiu diversas facetas e assentou-se, enquanto instituição, sob as hostes da Igreja Católica, cuja força ainda se faz sentir nas sociedades, mesmo nas mais secularizadas.

Em que pese o contrário, em grande medida pode-se dizer que ela teve uma significativa parcela na invenção do Brasil. Questionada, é bem verdade, servindo algumas vezes para alicerçar as bases do poder e do Estado, a Igreja Católica foi a primeira instituição que em solo brasileiro viu na educação uma ferramenta poderosa de conversão e de dominação. Ela definiu o perfil de mui-

tas cidades e, por meio de seus agentes, sejam leigos, sejam clérigos, contribuiu para forjar um jeito brasileiro de ser cristão, de ser católico.

Como uma das instituições mais importantes do mundo, ela tem, em Sergipe, seus braços e em seus braços, histórias que veem ao longo do tempo sendo desveladas. As que aqui estão sendo dadas a ler, são algumas poucas das inúmeras nuances que deixou transparecer e que hoje, graças a esses pesquisadores sai do campo da própria Igreja e dos muros da universidade e chega ao mais distinto público leitor que tem nela um objeto de interesse. O esforço de reunir esses artigos visa contribuir com a construção da historiografia de Sergipe, em especial com o capítulo dedicado aos primórdios da religião, da religiosidade e da educação dos sergipanos.

No final da década de 1990, a historiadora Maria da Glória Santana de Almeida externou, em artigo para a Revista do Instituto Histórico², sua preocupação com a escassez, na historiografia sergipana, de estudos no campo da religiosidade, sobretudo, no que diz respeito ao papel da Igreja Católica.

É bem verdade que uma consulta aos números da centenária Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-2013) pode revelar alguns textos a respeito, porém nada mais sistemático, pelo menos até os anos 90. O mesmo pode-se dizer de algumas outras investidas, contidas em obras de sergipanos ilustres dos séculos XIX e XX.

Ainda que tivesse tido uma formação católica e ter recebido de seu mais importante preceptor, o Padre Alves Pitangueira (na Vila de Lagarto), em trabalhos do anticlerical assumido, Tobias Barreto (1839-1889), a Igreja Católica foi tema recorrente. Ele rejeitava a aliança da ciência com a religião³

2 ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *A Igreja em Sergipe e os "desfavorecidos"*: possibilidades de pesquisa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n.º 32, p. 61-83, 1999.

3 BARRETO, Luiz Antônio. *Tobias Barreto*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.

Jackson de Figueiredo (1891-1928), ao oposto de Tobias, figura entre os escritos sobre a temática. Anticlerical de origem, ele converteu-se ao catolicismo em 1918 e procurou influir na cultura e na política por meio dos ideais católicos.

Os anos que se seguiram ao texto da Professora Maria da Glória deram vazão para o surgimento de inúmeros trabalhos que colocaram em evidência pelo menos duas gerações de pesquisadores, dando conta de responder a uma demanda que se concentrou em alguns níveis explicativos do saber: a História, a Educação, a Sociologia, a Antropologia e as Ciências da Religião.

Grupos de Pesquisa, como o liderado pelo Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa – Culturas, Identidades e Religiosidades (Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe) – despontam há mais de quinze anos nessa gama de estudos que trouxeram o sobrenatural para o campo da pesquisa científica em Sergipe. O grupo ajudou a romper uma resistência acadêmica a esse tipo de pesquisa, quase sempre visto como panfletário ou carola pelos críticos que, normalmente, são adeptos das análises estruturais da história, dos grandes esquemas explicativos à luz da política ou da economia.

Dessa primeira leva de pesquisadores, pelo menos mais dois, dão a tônica das novas demandas da pesquisa histórica no campo das religiosidades em Sergipe. O Prof. Dr. Francisco José Alves (DHI-UFS) publicou trabalhos sobre as irmandades religiosas que se tornaram referência⁴ e a Prof. Msc. Verônica Maria Nunes, uma das fundadoras do GPCIR, dedicou-se a uma série de textos, projetos e orientações que tiveram como foco as temáticas devoções,

4 ALVES, Francisco José. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Sergipe* (Século 19). In: Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1999. p. 149-157.

festas, procissões e patrimônio religioso. Destaque para o Glossário de Termos Religiosos⁵.

Antônio Lindvaldo Sousa lançou em 2008 o livro *O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)*, inaugurando os estudos sobre trajetórias sacerdotais e sobre romanização em Sergipe. E nessa esteira, trabalhos como os do Professor Claudfranklin, desde 2005, acerca das relações entre a cultura clerical e a cultura popular, mais de perto com as devoções e festas populares, a exemplo da festa de São Benedito em Lagarto⁶.

As preocupações têm ultrapassado a circunscrição eclesial e institucional e têm alcançado as expressões da chamada cultura popular, das suas práticas, suas devoções e seus condicionantes históricos e sociais. Em foco, notadamente, a Igreja Católica. Nesse sentido, não só as irmandades tomam conta das novas preocupações dos intelectuais sergipanos que labutam em torno da temática do catolicismo, mas também os devotos e suas práticas.

A partir de 2004, o pesquisador Péricles Moraes de Andrade Júnior iniciou uma série de trabalhos que foi incorporando e dando novos ares aos estudos sobre a temática em Sergipe, colaborando para preencher um vazio de alguns anos. De sua lavra, destaque para dois artigos e um livro: "Diocese de Aracaju e a reforma do clero sergipano (1910/1931)", publicado na Revista de Aracaju (n. 9), e "A Igreja Católica em Sergipe no século XIX", publicado no livro *História das religiões no Brasil* (Recife: CEHILA/Editora da UFPE, 2004). O livro, "Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe", foi lançado em 2010, pela Editora da Universidade Federal de Sergipe. Egresso do Departamento de

5 NUNES, Verônica Maria Menezes. *Glossário de termos sobre religiosidade*. Aracaju: Tribunal de Justiça e Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, 2008.

6 Sobre o assunto o autor desenvolve a Tese de Doutorado em História pela UFPE intitulada *A Festa de São Benedito em Lagarto (1771-1928)*.

História, Péricles teve dois importantes historiadores, no campo das religiosidades, como seus mestres: Verônica Nunes e Francisco José Alves.

Dessa nova safra, citar ainda as pesquisas sobre os Capuchinhos em Sergipe, das Professoras Tatiane Oliveira⁷ e Valéria Maria⁸; sobre os Jesuítas, da Prof. Msc. Ane Mecenas⁹; e sobre a faceta penitente do catolicismo sergipano, do Prof. Msc. Magno Francisco de Jesus Santos¹⁰.

Nos anos de 2011 e 2012, dois livros completam esse quadro, respectivamente, tendo como escopo central a formação de padres sergipanos e os seminários: "A formação de padres no nordeste do Brasil (1894-1933)" e "Os padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)"; ambos de autoria de Raylane Andreza Navarro Barreto.

Como se vê, as pesquisas cujo foco vai da História a Sociologia revelam diferentes aspectos da mesma instituição que chega ao Brasil colônia de maneira mais incisiva com os jesuítas, mas que ganha com o regime de padroado, depois o regalista, o apoio necessário para atrair outras ordens religiosas a fim de organizar a sociedade brasileira, a época, ainda em formação. Foi assim que

7 CUNHA, Tatiane Oliveira. "Práticas e prédicas em nome de Cristo...": Capuchinhos na "cruzada civilizatória" em Sergipe (1874-1901). 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

8 OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. *A Fraternidade e a Comunidade: os Frades Capuchinhos no Bairro América (Aracaju/SE)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, v. 1, p. 287-303, 2010.

9 SANTOS, Ane Luise Silva Mecenas. *Conquistas da fé na gentildade brasileira: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758)*. 2011. 167f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

10 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Lágrimas, dor e desolação: sujeitos e representações na solene procissão de São Cristóvão*. In: Revista Memória História e Justiça. Vol. 1, nº 2, Aracaju, 2009. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *As ovelhas da pastora: as múltiplas facetas de uma peregrinação de Sergipe*. In: Revista Brasileira de História das Religiões. nº 7, Aracaju, 2010. Ainda sobre o tema o autor desenvolve a Tese de Doutorado em História pela UFF intitulada *Caminhos dos sentidos: Penitência, pompa e alaridos na Procissão dos Passos em São Cristóvão (1906-1978)*.

chegaram ao Brasil varias ordens que atenderam as mais prementes necessidades de um país em constituição, a exemplo dos oratorianos, dos franciscanos, dos capuchinhos, dos beneditinos, dos lazaristas, dentre outras que ofereceram ao Brasil alguns dos seus serviços que vão além da catequese e doutrinação.

Foi em "nome de Deus" que a Igreja se estabeleceu, ganhou adeptos e se constituiu como a instituição que ajudou ao Rei a organizar o Brasil. Por certo inúmeras também são as críticas que a ela foram e são feitas, mas as circunstâncias de cada uma de suas ações merecem, no mínimo, o olhar apurado e analítico dos que buscam entender a história do Brasil e, dentro dela, as instituições que o moldaram. Moldaram porque são as instituições sociais, cuja característica primeira é a imposição de normas com vistas ao bom convívio social, que auxiliam ou mesmo viabilizam as ações daqueles que pensam e projetam um modelo de organização de sociedade. E foi justamente com o intuito de entender, mais e melhor, como a instituição Igreja Católica se "impôs" à história que os pesquisadores aqui reunidos adentraram as mais distintas fontes e caminhos e começaram a narrar a sua participação na história sergipana que começa no período colonial e vai até os dias de hoje.

Fontes como a carta do provincial Inácio de Tolosa, as "Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554/1594)" do padre José de Anchieta; da "Historiae Societatis Jesu" de Francisco Sacchino; do Alvará de 1759 que expulsa os Jesuítas de Portugal e do Brasil, do "Livro que dá Razão ao Estado do Brasil", da "História da Companhia de Jesus" do Padre Serafim Leite, bem como os documentos digitalizados pelo Projeto Resgate Conselho Ultramarino/Brasil, e as obras *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri* e do Catecismo da Doutrina Christãa na Lingua Brasilica da Nação Kiriri de Luiz Vincência Mamiani, são algu mas das fontes que se somam a um rico referencial bibliográfico e que auxiliam nas interpretações aqui colocadas.

Obras como **Cantos Populares do Brasil** de Silvio Romero e **Festas e Tradições Populares do Brasil** de Melo Moraes Filho, somam-se as obras da histo-

riadora Maria da Glória Santana Almeida como **Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (séc. XIX)** e da antropóloga Beatriz Góis Dantas a exemplo de **A Taieira de Sergipe: pesquisa exaustiva sobre uma dança tradicional do Nordeste**, bem como a **Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil** e nos deixa a par de como outros estudiosos entendem alguns dos fatos aqui elencados e que uma vez "chamados" auxiliam sobremaneira a compreensão dos mesmos.

Também fontes como o *Metodio da. Sttoria della attività missionária nel Brasile*; o Alvará de 23 de novembro de 1700 relativo a terras indígenas NA-952; o Resumo Histórico das Missões dos padres Barbadinhos, o Documento sobre a Representação de Antonio Gomes Ferrão Castelo Branco sobre o Morgado de Porto da Folha de 1786, além do Elenco das Missões dos Capuchinhos Franceses segundo resumo do relatório de Frei Francisco de Lucé de 1700 compõem o rol de documentos que foram apreciados para compor as análises. A Oração fúnebre pronunciada por ocasião das exéquias do Exmo e Revmo. Sr. Dom Jerônimo Thomé da Silva de 1924 e a Carta Pastoral de D. Jeronimo Thomé da Silva por ocasião de seu regresso da visita "*ad limina apostolorum*" também foram analisadas e acabaram evidenciando aspectos que não podem deixar de ser considerados pois de outra forma corre-se o risco de forjar os fatos.

Assim, a tarefa que iniciamos reúne alguns dos melhores nomes da historiografia sergipana que se dedica a produzir trabalhos tendo a Igreja Católica como objeto de pesquisa. Neste volume, do qual se espera ser o primeiro de uma série dedicados ao tema, em Sergipe, além de se oportunizar ser uma referência no campo, quer estimular nossas possibilidades de estudo e fomentar o surgimento de bons pesquisadores. Parafraçando uma expressão bíblica e

que também inspirou o historiador baiano Cândido da Costa e Silva¹¹: a messe é grande e os operários, ainda que qualificados, são poucos.

Por certo, outros nomes não puderam ou não quiseram aceitar o desafio, ao menos por hora. Mas iniciá-lo já torna a empreitada estimulante e desafiadora. Por isso, colocamos à disposição trabalhos que querem, e não tardarão a sê-lo, ecos frondosos das preocupações da Professora Maria da Glória em tempos remotos.

À guisa de fazer desse ímpeto acadêmico promissor, lançamos ao crivo da crítica e dos pesquisadores futuros alguns trabalhos que tornam o panorama religioso e institucional da Igreja Católica em Sergipe uma aventura historiográfica instigante.

*Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
e Claudéfranklin Monteiro Santos
(Organizadores).*

11 SILVA, Cândido da Costa e Silva. *Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia*. Salvador: UFBA, 2000.

Indícios da educação jesuítica na capitania de Sergipe (1575-1759)

*Raylane Andreza Dias Navarro Barreto*¹²

Em Sergipe, existe uma "lenda" de um tesouro escondido pelos Jesuítas, quando da sua expulsão no ano de 1759. O local é a cidade de Japoatã, antiga Jaboatão, mas o esconderijo até hoje não foi descoberto. Durante os anos, essa lenda veio sendo transmitida oralmente, sendo inclusive tema dos Romances de José Bezerra dos Santos, intitulado "O Tesouro de Jaboatão: História e Fantasia"; "Os Tesouros das Catacumbas", de Armindo Pereira e "Baú do Turco", de Lauro Fontes. A idéia da existência de ouro, prata, pedras preciosas, dentre tantas outras riquezas também povoam o imaginário dos moradores da cidade de Laranjeiras e Itaporanga d'Ajuda. Há nestas cidades residências e colégios jesuítas cujas histórias sempre remetem a algum

12 Possui Graduação em Ciências Sociais (2000) e Mestrado em Educação (2004) pela Universidade Federal de Sergipe e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professora PPG I da Universidade Tiradentes onde atua também como membro de alguns dos seus Núcleos Docentes Estruturantes e como membro da Comissão Permanente de Avaliação do Material Impresso, atuando na análise e aprovação do material elaborado para os cursos ofertados na modalidade de ensino à distância. É também diretora do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. É líder do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória e membro pesquisador do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Intelectuais, Instituições e práticas escolares da UFS, do Grupo de Pesquisa História das Práticas educacionais da UNIT.

tesouro escondido. Na cidade de Laranjeiras, por exemplo, existe um túnel que começa dentro de uma Igreja, na Comandaroba, e termina numa "pedra furada"¹³, a alguns quilômetros depois. Dizem que aquele túnel foi construído pelos jesuítas para livrar os escravos fugidos que estavam sendo caçados pelos seus senhores. Conta-se que nesse túnel, tempos depois, entrou três curiosos, sendo que todos morreram, mas antes um ficou cego, o outro surdo e o outro louco. Narrativas como essas ainda hoje perduram no imaginário do sergipano, dando à temática "jesuítas" um quê a mais, tornando-o mais atraente, mais estimulante.

Foi revendo a carta do provincial Inácio de Tolosa, as "Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554/1594)" do padre José de Anchieta; da "Historiae Societatis Jesu" de Francisco Sacchino; do Alvará de 1759 que expulsa os Jesuítas de Portugal e do Brasil, dentre outros; do "Livro que dá Razão ao Estado do Brasil" e do "História da Companhia de Jesus" do Padre Serafim Leite, bem como os documentos digitalizados pelo Projeto Resgate Conselho Ultramarino/Brasil, dentre tantos outros que compõe as referências, que pude tecer o emaranhado de informações que compõe a história dos Jesuítas em Sergipe e por conseguinte os primórdios da educação sergipana.

Rever tal história com o intuito de compreender os indícios da educação jesuítica na capitania de Sergipe foi tentar compreender um capítulo crucial para o entendimento da história sergipana, na medida em que foram os jesuítas que, a mando dos colonizadores portugueses, primeiro catequizaram e por isso ensinaram os nativos brasileiros, bem como os filhos dos colonos que aqui viviam, dando a eles as primeiras noções civilizatórias, de ler, escrever e contar, além dos ensinamentos cristãos nos moldes europeus.

¹³ No local, os jesuítas celebravam missas, durante o período da invasão holandesa.

Críticas à parte foi, por certo, a Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Inácio de Loyola¹⁴ e seis amigos¹⁵, quem mais contribuiu para a construção do alicerce de uma cultura escolar transplantada para onde quer que eles tenham se estabelecido. Criada com o objetivo de difundir a fé católica e combater o protestantismo, tendo como principal campo de atuação a catequese, que por sua vez requeria a atividade educativa e consequentemente a propagação dos ideais pedagógicos católicos, a Companhia de Jesus tinha como proposta primeira desenvolver trabalho de acompanhamento hospitalar e missionário em Jerusalém, ou para ir, sem questionar, aonde o papa os enviasse.

Com o início da colonização das terras brasileiras pelos portugueses

A consciência cristã de D. João III, acentua qual a maior razão que leva a mandar povoar o Brasil, depois de tantos anos tido em menos-prezo pelo trono de Portugal, no artigo 24 do Regimento de Tomé de Souza: "a principal causa que me move a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé. (ALMEIDA, s/d, p. 116).

¹⁴ O processo de formação da Companhia de Jesus segue as diretrizes canônicas das Ordens Religiosas, acrescido de algumas peculiaridades introduzidas no tempo de Santo Inácio e aprovadas pelo Papa. Quando já formados, os jesuítas pertencem a uma das duas classes distintas: a dos *padres* e a dos *irmãos*, com iguais deveres e os mesmos direitos no que se refere à vida religiosa e comunitária. Os *Padres* exercem o ministério sacerdotal e eles são preparados dentro das exigências da Igreja, com a Faculdade de Filosofia e Teologia. Os *Irmãos* exercem na Companhia de Jesus uma missão muito específica. Não se destinam ao Sacerdócio, mas através de sua formação religiosa, intelectual e profissional dão suporte e apoio à infraestrutura e organização das comunidades, como leigos consagrados pelos mesmos votos e obrigações dos seus demais companheiros sacerdotes, numa mesma missão e vivência comunitária. Independente da classe a que pertence, cada jesuíta, ao terminar o Noviciado faz seus votos particulares de *pobreza, castidade e obediência*, definitivos e perpétuos, que após a *Terceira Provação* são emitidos de forma oficial, pública e solene.

¹⁵ Pedro Faber, Francisco Xavier, Alfonso Salmeron, Jacob Laines, e Nicolau Bobedilla - Espanhóis, e Simão Rodrigues - um Português) encontraram-se na Igreja de Sta. Maria, Montmartre.

Para tanto tinham na ordem, obediência e disciplina características que o impulsionavam a fazer o seu trabalho catequético e sua implementação educacional. T. Lino de Assumpção, em sua "História Geral dos Jesuítas", apesar de, a todo custo, depreciar a imagem e o trabalho feito pela Companhia de Jesus, traz traços de como era a educação ministrada pelos jesuítas. Embora não se possam generalizar as ações, o fato é que segundo o próprio Assumpção, ao tratar das cartas dos Reitores e Prepósitos locais aos seus provinciais ele afirma: "A correspondência, o modo e o tempo das informações tinha, como tudo da Companhia, claros e minuciosos regulamentos" (ASSUMPÇÃO, 1982, p. 485). Como por exemplo:

[...] mandando que os provinciais da Europa escrevam uma vez por mês ao padre-geral; reitores e prepósitos locais de três em três meses; provinciais da Índia e Brasil quando houver comodidade, encarregados de alguma missão todas as semanas (missi autem as fructificandum in agro Domini). O prepósito-geral escreva aos provinciais de dois em dois meses, aos reitores e prepósitos locais no sexto mês. Os reitores dos colégios devem mandar catálogos dos padres e irmãos, etc. (ASSUMPÇÃO, 1982, p. 485).

Há também preceitos acerca do idioma das cartas, que deveriam ser, de preferência, em Latim ou Castelhana e sobre os conteúdos das informações, tanto temporal quanto espiritual das relações, dos colégios e do conceito da sociedade. O modo de escrever, sendo aconselhado à escrita modesta, sem "inúteis amplificações" também era tratado. Quanto às cartas, as de "maior importância deveriam ser duplicadas, por "diferentes vias", deveriam, também, fazer relatórios trimestrais e anuais e quando fosse tratar de "virtudes ou defeitos" que usassem "cifras especiais", numéricas, tratando ao mesmo tempo de outras coisas, evitando nomes." (ASSUMPÇÃO, 1982, p. 486).

Como se pode perceber, a eficácia das comunicações, a rigidez com o tratamento de questões pessoais e a preocupação com a imagem da instituição,

bem como com os conteúdos e o modo como deveriam ser ministrados foram pensados por todos os membros da hierarquia jesuítica. Para se ter uma idéia, embora geral, de como eram os colégios jesuítas, cabe aqui transcrever algumas de suas normas:

Na era em que estamos, por toda a parte se tem muito em conta a erudição nas coisas de humanidades, tanto que sem elas a doutrina melhor e mais sólida parece que luz muito menos.

Por isto ao padre-geral pareceu conveniente que se escrevesse às províncias que tenham conta com estas letras humanas, e façam estudar bem quem mostrar habilidade, pelo menos o Latim e a Retórica, e que não passem às Artes, ou pelo menos à Teologia, sem se exercitarem bem nestas letras." (ASSUMPÇÃO, 1982, 489).

Que se tenha conta na escolha de mestres, que não causem tédio, nem se demorem muito, que os discípulos de ordinário amam os mais aptos para ensinar.

Para remediar o inconveniente de opiniões extraordinários e paradoxais... que nenhum mestre de Teologia nem das Artes tenha opinião nova e fora do comum.

[...] Enquanto aos que se tentam pelos estudos guarde-se a constituição, e mostre-se com caridade, quando se falar com os tais, que se devem contentar com o ofício de Marta. Espero que, entendendo-se que se não condescende facilmente com isto, "a muchos se quitara la gana de studia." (1982, p. 489).

A cargo dos provinciais está a concessão dos livros; eles devem julgar das suas conveniências, atendendo aos lugares e a outras circunstâncias. Os livros proibidos são de várias classes, alguns há que podem ser lidos e estudados, em cujo estudo há até conveniência para se conhecerem os males e combater as heresias. Insta porém ter em vista a quem se concede uma tal dispensa." (1982, p.489).

Citam-se primeiro os escritos de Erasmo e de Ludovicus Umis (cum autem constet quo loco habita sint a patre nostro Ignatio sanctae memoriae scriptae Erasmi).

Estes livros não se conservem nos colégios sem a autorização do provincial a quem o uso de tais livros só se permitirá no prazo indicado como necessário. (ASSUMPÇÃO, 1982, p. 490)

Por isso era certo que:

Começava-se cedo a ser pregador na Companhia de Jesus. Fundamentalmente práticos, os jesuítas acostumavam, desde os seus primeiros anos de estudo, o aluno a afrontar o público, a dirigir-lhe a palavra, a olhar de alto a multidão, adquirindo assim essa afoiteza, de que tantas provas davam depois; ou na corte pregando a reis e a príncipes, ou nas praças públicas incitando *ligueurs* às guerras de religião, afoiteza que tão insensíveis os fez, quer à beira dos suplicios, exortando Calvinistas e Luteranos, quer nos sertões invios, catequizando selvagens boquiabertos ou agressivos (ASSUMPÇÃO, 1982, p. 493-494)

Aconselhavam também que os pregadores fossem mais modestos no falar e no proceder e que apesar de todos na Companhia poderem pregar, convinha que fossem ao menos diáconos. Assumpção também traz a rotina do colégio na medida em que encontra informações nas cartas pesquisadas. De modo que deixa claras as minúcias impostas pela Companhia, minúcias que iam desde o comportamento, ao modo de se vestir, a quando e como passear, ao cardápio e as porções destinados a cada um da hierarquia religiosa nas refeições, dentre outras coisas.

No Brasil, por respeito às normas da companhia, com certeza tais preceitos foram introduzidos e métodos foram adotados. M.D. Moreira D'Azevedo, no seu trabalho sobre a instrução pública nos tempos coloniais do Brasil afirma:

Para derramar na alma dos discípulos as sãs virtudes da fé e da caridade compunham elles romances ou antes balladas todas baseadas na moral christã. Entoavam de hynos sagrados, que eram repetidos pelos meninos indios de ambos os sexos, desenvolvendo nêlles o amor pela religião e a inclinação para a muzica. E assim conseguiram muito. (D'AZEVEDO, 1891, p. 142)

Assim, a educação que ficava a cargo única e exclusivamente dos jesuítas.

"Em seus colégios instituíram aulas, onde ensinavam os elementos da instrução, e entregavam-se com todo o zelo à educação da mocidade, de sorte que entre os serviços importantes que prestaram esses padres à terra de Santa Cruz é preciso não esquecer o ensino que distribuíram à juventude" (D'AZEVEDO, 1891, p. 142)

Foi com este propósito que chegaram, em 1549, o padre Manuel da Nóbrega e os seus colegas, os padres Leonardo Nunes, Antonio Pires, João de Auspicueta Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, recebendo em 1553, a presença de José de Anchieta, considerado o maior educador missionário do Brasil daquele tempo. Tais missionários perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever. Foi então que eles iniciaram, no Brasil, a fundação de colégios, escolas, igrejas, capelas - onde os nativos e descendentes de portugueses recebiam instrução e formação.

A primeira escola do Brasil foi construída em Salvador, 15 dias após a chegada dos jesuítas. Dali eles saíram e fundaram nos quatro cantos do novo país seus colégios. Inicialmente adotaram um conjunto de normas que impuseram aos conversos a exemplo da proibição de comer carne humana, guerrear sem licença e ter mais do que uma mulher, obrigou-os também a utilização de vestuário e a eliminação dos pajés, visto que a prática de curandeirismo ia de encontro aos ideais católicos, cujas bases estavam fincadas no monoteísmo. Com tais normas eles começaram o processo de catequese e educação brasileira.

Ao longo de sua estada no Brasil, os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar, eles mantiveram os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e

Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área da medicina.

Em Sergipe, tal processo teve início em 1575, nas terras que hoje leva o nome de cidade de Santa Luzia do Itanhý, com a chegada do padre Gaspar Lourenço e do religioso João Salônio, o primeiro foi um dos pupilos de Leonardo Nunes¹⁶ no colégio Jesuíta de Piratininga. A época, essas terras, bem como todo Sergipe, pertencia à província da Baía de Todos os Santos, e foi dali que eles saíram e fundaram missões e ergueram igrejas, dando início ao processo de educação dos nativos sergipanos. Naquele ano, Inácio de Tolosa, era o provincial da companhia, e sabendo que a dificuldade da língua ia prejudicar a ação missionária no primeiro momento, designou o padre Gaspar Lourenço para dar início ao processo de catequese das tribos do território sergipano.

De acordo com Aurélio Vasconcelos (s/d), Gaspar Lourenço trazia consigo experiência de apostolado da civilização evangélica, adquirida desde a infância, sob a orientação dos primeiros missionários jesuítas do Brasil, que o exercitaram durante vários anos entre os índios do litoral de São Vicente e do planalto dos Campos de Piratininga, sem constar os três anos de convivência com os curumins da Bahia ao chegar ainda criança de Portugal. A idéia era que a educação jesuítica, ministrada aos índios, que a época, eram considerados bárbaros, pois além de rituais considerados de infiéis, andavam nus, e praticavam a antropofagia, serviria, com o seu doutrinamento, para apascentar os ânimos e conseqüentemente facilitar o ingresso dos colonos portugueses nas terras sergipanas.

16 Leonardo Nunes era português de origem e teria vindo ao Brasil junto com a segunda leva de jesuítas que trouxeram consigo meninos órfãos para aqui formarem com a intenção que estes se tornassem seus futuros missionários.

Com tal intuito, a dupla de jesuítas juntamente com vinte nativos baianos chegou a Sergipe e logo fundou uma missão: a aldeia de São Tomé,

[...] pela manhã começou o Padre a dar razão aos Principais da Aldeia, de sua vinda dizendo que vinha manifestar-lhes a lei de Deis e ensinar-lhes o caminho de sua salvação e livrá-los da cegueira em que estavam e começou logo a fazer uma maneira de igreja para dizer missa e ensinar-lhes a doutrina, mas era tanta gente que vinha a visitar o Padre, assim daquela Aldeia como das outras, que quase todo o dia gastava em trabalhos a consola-los e assim no dia seguinte se acabou a igreja, onde se disse missa e ensinaram a doutrina com grande consolo de todos. (ALMEIDA, s/d, p. 174).

A Igreja era de Pindoba e foi batizada de Igreja de S. Tomé.

[...] um índio de nossas aldeias ia tangendo a campanha por toda a Aldeia e assim acudiam muitos diante da casa, donde o Padre os ensinava as cousas de nossa fé. Nesses exercícos religiosos, o "Cícero brasílico" pregava aos adultos a doutrina de ordem geral. Os jovens e as crianças, porém, necessitavam também da palavra divina de forma especial, acomodada à sua mentalidade em formação (ALMEIDA, s/d p. 174).

E foi ali, à margem do Rio Real, que foi criada a primeira escola de Sergipe, segundo Almeida (s/d) "Escola de S. Sebastião" tendo como primeiro mestre o irmão João Salônio. Tratava-se de uma escola para crianças cujo número de matriculados chegou a 50, elevando-se a posteriori para 100 alunos. O que se sabe dessa escola, através de Aurélio Vasconcelos de Almeida, é que "o ensino em Sergipe começou, portanto, pelo conhecimento de Deus e do supremo destino do homem" (s/d, p. 175). Ainda de acordo com ele "em breve tempo sabiam as orações".

A essa época, as escolas jesuítas caracterizavam-se pela ação eminentemente catequética, o que exigia o aprendizado de ambas as línguas. Para isso os jesuítas aprendiam a língua nativa, a exemplo do tupy e kiriri, e os ensinava e mostrava a necessidade que eles aprendessem o Latim, língua oficial da igreja, e o português, língua berço da nação colonizadora. Os métodos empregados para o aprendizado eram variados, pois se utilizavam da música, do teatro, como em Coimbra e Évora, e dos exercícios escritos. Sobre isso disse o padre Manoel da Nóbrega: "Com a muzica e harmonia atrevo-me a attrair a mim todos os índios da América" (D'AZEVEDO, 1891, p. 142)

Em Sergipe houve um fato deveras relevante: certa vez o Irmão e professor João Salônio fora acompanhar o padre Gaspar Lourenço nas suas missões de rezar missa, confessar, dentre outros ritos da Igreja. Quando da sua volta à Aldeia de São Tomé, teve a grata surpresa de vê uma índia, de nome Maria, tomando a lição dos outros índios. Sem que o Irmão professor tivesse mandado, a indiazinha teve a iniciativa, constituindo-se, dessa forma, a primeira professora de Sergipe. (VASCONCELOS, s/d). Embora romanceada, a informação pode ser considerada passível de credibilidade, isto porque a intenção dos jesuítas era mesmo a de, em suas missões, formar e instruir fieis para que esses reproduzissem seus ensinamentos.

De Santa Luzi do Itanhý, os jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio saíram terra dentro, rumo ao norte, e fundaram a segunda missão das terras sergipanas. O lugar era a Aldeia de Surubi, este um famoso chefe indígena, que vivia as margens do rio vaza-barris, onde hoje provavelmente é a cidade de Itaporanga d'Ajuda. A segunda missão deu a aldeia o nome de Santo Inácio e ali logo quando chegaram "[...] reunidos os habitantes da Aldeia de Surubi, publicou-lhes o Pe. Gaspar a razão de sua visita e fez "[...] uma prática por grande espaço, com tanta eloquência e fervor que deixou o índio espantado a não saber que responder" (VASCONCELOS, s/d, p. 178).

No dia seguinte "[...] começou pela manhã a pregar-lhes as cousas de sua salvação, e como vinha a dar remédio às almas e acabou depois do meio dia". De acordo com Vasconcelos, ali, naquela aldeia, haviam premeditado um atentado contra os jesuítas, queriam, os nativos, "quebrar a cabeça do padre", mas diante da pregação do mesmo nada fora feito, muito pelo contrário todos renderam-se as palavras do "apostolo", pedindo-lhe, inclusive, a construção de uma Igreja. E assim, aquela aldeia, que contava com aproximadamente 1000 almas construiu o seu primeiro santuário. A história sergipana nos conta que naquele momento fora celebrada a paz entre os índios, os reinóis, os gentios e os cristãos. Paz que não havia sido conseguida por causa das ações dos colonos portugueses que ao chegarem às terras que hoje levam o nome de Sergipe, acabaram por destruir muitas famílias, matando muitos índios e tomando-lhes suas esposas, sem contar à escravização que obrigavam os índios.

Da Aldeia de Surubi, a dupla jesuíta caminhou para as outras aldeias, mesmo correndo perigo, pois nem todos sabiam das intenções dos religiosos e poderiam confundi-los com seus inimigos portugueses. A última aldeia visitada, a do cacique Serigy, ficava junto ao mar e distante três léguas da Aldeia de Santo Inácio. Foi a que recebeu o nome de São Paulo, ali construíram Igreja, disseram missa e ensinaram a doutrina e pregaram. Foi de onde eles saíram e voltaram a Aldeia de São Tome, onde provavelmente, nas suas proximidades fundou outra missão, dessa vez com o nome de Nossa Senhora da Graça. (LEITE, 1943).

Nesse interim, os jesuítas já haviam conquistado a confiança dos índios sergipanos o que despertou o despeito dos colonos portugueses, que segundo Almeida, lhe rendeu alguns boatos difamatórios, que chegaram aos ouvidos do provincial Padre Tolosa que mandou o padre Luiz da Grã e o irmão Francisco Pinto averiguarem a situação. Quando lá chegaram comprovaram o contrário e voltando a Bahia, informou ao provincial, que por sua vez informou aos membros do Senado, que já havia ameaçado a "dar guerra àquela terra e que ia

pôr os padres em perigo de vida." Feito isso, o que o padre Gaspar ganhou, foi reforços com a ida do padre João Pereira e do irmão Pero Leitão. (TOLOSA, 1576).

De modo que em Sergipe, os jesuítas ficaram assim distribuídos: o Padre Pereira e o Irmão Salônio ficaram na Aldeia de São Tomé e o Irmão Pero Leitão e o Padre Gaspar ficaram na Aldeia de Santo Inácio, atendendo às outras. Mas não tardou outras intrigas. Quando da ida para as terras sergipanas, o padre Gaspar Lourenço foi encarregado pelo governador Luiz de Brito, que havia sido agraciado pelo rei D. Sebastião, com 12 léguas de terras, que se encontravam ali, nas terras de Sergipe, para que aquele lhe descrevesse como era a terra. O padre lá chegando informou que aquelas terras eram areas e terra inútil, porque os índios de lá viviam no sertão. Os portugueses que ali residiam, insatisfeitos, por não poderem escravizar os índios, depreciaram os jesuítas e escreveram para o governador dando informações contrárias à dos missionários. Tal fato causou a desconfiança do governador que foi a Sergipe inteirar-se da verdade e tomar posse de suas terras.

Como estrategistas conspiradores que se tornaram, os colonos, moradores de Sergipe, informaram aos índios que o Governador estava vindo a procura de escravos e que os jesuítas de nada valeriam para impedi-los, pois não tinham armas. Tal intriga levou os caciques das Aldeias a se revoltarem e se prepararem para guerra, mesmo a contragosto dos padres. Armados, o governador e sua tropa venceram os índios, morrendo o maior guerreiro deles, o cacique Surubi, o que facilitou a prisão de 1200 índios que ficaram encarcerados na Igreja da Aldeia de São Tomé, até a sua ida a salvador, quando foram levados sob a proteção do padre Gaspar Lourenço. Lá morreram, todos eles, vítimas que foram de doenças como "bexiga e febre", terminando assim, de forma trágica, o primeiro capítulo do empreendimento educacional nas terras Sergipanas. (ALMEIDA, s/d).

A volta de Luiz de Brito à Bahia e a ausência de portugueses nas terras sergipanas incentivaram a invasão de piratas franceses que contrabandeavam pau-brasil. De modo que a necessidade de colonização era cada vez mais urgente. Além de bloquear a ação de intrusos, a conquista das terras facilitaria a comunicação com a importante região de Pernambuco. No intervalo de 1575 a 1590 [...] os franceses voltaram, reataram as relações com os naturais, cuja vontade dominava e de cuja força física se servia para a realização de seus intentos [...]" (FREIRE, 1995, p. 20).

Segundo Felisbello Freire, julgando-se fortes (os franceses) pelo concurso da raça indígena, cujas riquezas compravam com quinquilharias, a hospitalidade com atenções, a amizade com complacência, para dirigirem o pensamento, dominarem a vontade e aguçarem o apetite de sangue e da presa, nas arriscadas empresas em que se atiravam com a raça indígena, ao simples aceno de suas veleidades, os franceses conceberam o projeto de atacar a cidade de São Salvador, indo eles por mar e o gentio por terra. (FREIRE, 1995, p. 21).

O segredo foi revelado e os baianos sob o comando de Cristóvão de Barros contra-atacaram e os destroçaram, expulsando-os, em 1590. Foi neste ano que:

[...] Cristóvão de Barros avançou pelo que é hoje Sergipe até o Baixo São Francisco, estabelecendo um caminho para futuros povoadores e para a defesa contra os franceses da foz do rio. Belchior Dias Moreira (Moreira), neto do celebre naufrago Caramuru, passou oito anos, a começar de 1595 ou 1596, percorrendo, à frente de um grupo de homens uma vasta área do interior, dizendo-se que atingiu o rio Salitre, tributário do São Francisco, e então penetrou na Serra de Assuruá e nas cabeceiras dos tributários Verde-de-Baixo e Paramirim (...). Depois disto, os habitantes de Salvador só falavam, segundo Calógeras, dos tesouros escondidos nas entranhas das terras distantes que Moreira não quis desvendar, preferindo levar o segredo para o tumulto (TAUNAY, v. 279 *apud* PIERSON, 1972, p. 237).

Após a conquista, as terras de Sergipe foram dadas em Sesmarias aos soldados de Cristóvão de Barros e aos aventureiros que se apresentaram como voluntários para a colonização. As primeiras Sesmarias datam de 1594 e indicavam uma tendência sempre repetida de utilização das glebas para lavouras e criatórios. O irmão Amaro Lopes, em nome do Padre Reitor da Companhia de Jesus, em 1601, justificando ser morador de Sergipe a mais ou menos quatro anos e ter sob a responsabilidade dos padres a passagem do Rio Vaza-barris, além de enumerar outros serviços, materiais e espirituais, pede três léguas de terra, em quadro, entre o dito Vaza-barris, onde existia uma tapera e a Serra de Cajaíba, para que os jesuítas pudessem cumprir com os trabalhos de povoamento. O governador interino Manuel de Miranda Barbosa, na ausência do titular Diogo de Quadros, atendeu os jesuítas com duas léguas em quadro na área solicitada, que se pode supor seja a que mais tarde veio a se constituir a Fazenda Tejupeba.

Sobre os tesouros, ainda hoje sobrevive a lenda de que nas serras da cidade de Itabaiana, que na verdade ficam na cidade de Areia Branca, estão escondidas grandes jazidas de ouro e pedras preciosas. Ao longo do tempo muitas expedições foram feitas para averiguar o fato, porém nenhuma delas foi vitoriosa. A cidade, entretanto, traz consigo ao longo de sua história a alcunha de "cidade do ouro".

Sem dúvida, a busca de ouro, prata e salitre¹⁷ no início do século XVII foi de fundamental importância para a exploração e o para reconhecimento do interior sergipano. Por certo, quando de 1637 a 1645 Sergipe esteve sob domínio dos holandeses, houve um desbravamento do ocidente sergipano "[...] alcançado por criadores que tangiam seus rebanhos fugindo dos invasores e das tropas de Bagnuolo, como é exemplo Simão Dias Francês[...]" (NUNES,

17 O salitre era matéria prima das bombas utilizadas pelos conquistadores. Dá a sua importância e procura.

1996, p. 16). Entretanto, foram as lutas contra os holandeses que diminuíram o ritmo da colonização, retomada apenas a partir de 1645, quando os holandeses foram expulsos e Sergipe foi dividido em Sesmarias, sendo, algumas delas, doadas a padres da Companhia

Há que se considerar, entretanto, que durante a invasão holandesa a cidade de São Cristóvão¹⁸ foi praticamente destruída, sendo reconstruída apenas depois da sua expulsão. Nesse período, sua economia foi bastante prejudicada, só recuperando-se tempos depois com o desenvolvimento da cultura canavieira e da criação de gado, pelos portugueses. Apesar de possuidores de alguns lotes de terras, os jesuítas até 1631 não tinham, em terras sergipanas, residência fixa. Em 1619 houve até uma tentativa quando o padre Manuel Couto veio, acompanhando o governador D. Luis de Souza, na expedição em busca dos tesouros da Serra de Itabaiana, averiguar a possibilidade de estabelecimento de uma residência da companhia. A pequena população, porém, os desestimulou, estabelecendo, por isso, apenas duas missões (anuais) pelos membros da Companhia a essas terras.

Embora muito precária, o padre Sebastião Vaz e o Irmão Gaspar de Almeida, estabeleceram residência fixa em 1631, mas seu trabalho foi interrompido pela invasão holandesa (1637-1645). De modo que somente em 1681 quando o Padre Ângelo dos Reis entra na Companhia surge a idéia de fundação de colégio. O pedido, no entanto, foi recusado, sendo novamente feito no ano de 1685 e mais uma vez foi negado. Negado os pedidos de colégios, os jesuítas continuaram com seus trabalhos que compreendiam as missões urbanas e rurais, quer na cidade de Sergipe (hoje São Cristóvão) quer nas povoações do in-

18 Depois "de ganhar muitas vitórias e de ter afugentado os índios para os remontados sertões, Cristóvão levantou um forte sobre o istmo que forma a barra do rio Poxim, junto à foz do rio Sergipe ele fundou um arraial, a que deu o nome de cidade de São Cristóvão, em honra do santo de seu nome." (FREIRE, 1995, p. 23).

terior. Ficaram afamados nessas missões, por seus sacramentos, pazes e obras pias, os padres Bernardino e Domingos de Araújo (SERAFIM, 1945, p. 318).

Segundo Serafim Leite:

A outra modalidade dos esforços dos Padres em Sergipe consistiu na cultura e aproveitamento das fazendas, que aí possuíam desde o tempo da Conquista nas margens dos Rios Real, Piauí e Vasa-Barris. Agruparam-se depois todas em dois grandes núcleos, que os Catálogos mencionam, com os nomes, primeiro de fazenda de Aracaju e logo de Tejupeba (ou Tejupeba), e Jaboatão. (LEITE, 1945, p. 320).

Na Fazenda de Aracaju ou Tejupeba que durante algum tempo serviu de residência fixa, moravam os padres João Nogueira, procurador das fazendas de Sergipe, o Irmão José de Torres, construtor de barcos e o Irmão Francisco Simões, carpinteiro. Nesse período há uma demonstração de muita afinidade dos jesuítas com o Governador Geral D. Rodrigo da Costa que, ao saber de um entrevero de um capitão com um jesuíta da fazenda Tejupeba diz que aquele: "não ter tratado com toda a cortesia e veneração" e "por que eu os estimo muito e Sua Majestade que Deus guarde faz o mesmo, pela sua grande suficiência e zelo, com que servem a Nosso Senhor" (LEITE, 1945, p. 320). Mais tarde, em 1757, essa residência passou a ser a mais numerosa de quantas pertenciam ao colégio da Baía "com três Padres e dois Irmãos em 1757: O P. Inácio Teixeira, Superior, P. Francisco Barbosa, Padre Inácio de Carvalho e Irmãos Honorato Martins e Matias Piller". (LEITE, 1945, p. 321).

Os jesuítas também buscaram fundar missões na região sanfranciscana. No lado Pernambucano eles possuíam as fazendas Urubumirim e S. Brás, no lado sergipano, a Fazenda Jaboatão. (NUNES, 1996, p. 20) cuja existência remonta a 1694 sob a denominação de "Residência de Jaboatão", nela morando os mesmos padre João Nogueira e o Irmão-carpinteiro, Francisco Simões que antes haviam estado na Fazenda Tejupeba. A Fazenda Jaboatão ou Fazenda do

Colégio, Segundo Serafim Leite "[...] também se veio a chamar, por este fato, Colégio de Japarutaba..." (LEITE, 1945, p. 323).

Embora não haja indícios de que realmente existiu um colégio, na acepção de instituição de ensino, tal Fazenda desenvolveu-se muito, sempre havendo nela dois jesuítas para cuidar da administração das Fazendas e dos ministérios religiosos. Foi, por isso, considerada "Fazenda Modelo" com sua Igreja, hospício, casas dos escravos arruadas e a residência dos jesuítas, "tudo com muita direção" (LEITE, 1645, p. 324). Foi, no entanto, a Aldeia de Geru, datada do século XVII, localizada em terras próximas ao rio Real e compradas aos religiosos do Carmo, que mais ganhou notoriedade, pela ação Jesuítica. Foi na pequena Aldeia Sergipana, onde viviam os índios Kiriris que, na segunda metade do século XVII, instalaram-se os jesuítas: Padre Luiz Vicencio Mamiani, Padre João Baptista Beagel e o Irmão Manuel de Sampaio. Ao findar o século XVII, já estava construída a igreja de Nossa Senhora do Socorro "Considerada a mais bela e ordenada de todas igrejas missionárias fora da Bahia". (LEITE, 1945, p. 326).

Considerando que "Pela ordenança régia de 31 de janeiro de 1698 ficou estabelecido que o ensino do catecismo entre os índios deveria ser feito em português, admitindo-se todavia o uso da língua indígena no início" (REGNI, 1op. Cit 137 In. SOUZA, 1997, P. 62)

Afirmou Serafim Leite:

A Aldeia de Geru era afamada na região como centro intenso de vida religiosa. Na sua magnífica Igreja, de Nossa Senhora do Socorro, instituiu-se a Congregação ou Confraria da mesma Invocação de que faziam parte os mais importantes moradores das terras vizinhas, que concorriam para o seu ornato. A igreja, levantada pelo P. Luiz Mamiani della Rovere, era a mais ornada e bela de todas as Igrejas missionárias fora da cidade da Baía. Voltando a Roma, o Padre Mamiani não a esqueceu. Alcançou para ela a Confraria do Socorro, e ele e seus

parentes, da maior nobreza romana, mandaram para a Igreja e missão do Geru, importantes donativos.

A esta Aldeia andam unidas a Gramática e o Catecismo Kiriri, feitos pelo P. João de Barros, mas que nesta Aldeia estudou e preparou para a imprensa o P. Mamiani, sob cujo nome correm mundo. A aprovação, dada à Arte, pelo P. João Mateus Fallete, é datada também desta "Missão de Nossa Senhora do Socorro", a 27 de Maio de 1697. E do mesmo P. Fallete é datado ainda desta Aldeia o seu livro *De Regno Christi in terris consummato*. Em 1757 vivia no Geru o P. Domingos de Matos, que ainda ficou algum tempo em casa dos seus parentes. Em Maio ou Junho de 1760 seguiu para a Baía, de onde, com os Padres do Piauí, embarcou para o exílio" (LEITE, 1945, p. 326-327).

Embora o Padre Serafim assegure que quem fez o "Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasílica da Nação Kiriri" e a "Arte de Gramática da língua Brasílica da nação kiriri"¹⁹ tenha sido o Padre jesuíta João de Barros (1639-1691), o que pode ter ocorrido, baseando-se para isso no próprio Serafim é que o padre João de Barros, que ficou com os Quiriris do sertão da Bahia e do Rio São Francisco por tempo significativo e que "aprendeu e reduziu à arte de gramática e de prosódia" tenha iniciado o trabalho, mas não tenha sistematizado, como fez Mamiani. Mamiani que esteve e conviveu com os índios da tribo Kiriri na Aldeia do Geru, tinha plena condição de fazer a gramática e o catecismo pois, formado sob os auspícios da *Ratio Studiorum* e de Manuel Álvares, revelou-se um grande mestre, sendo, inclusive, tradutor de Antonio Vieira para o italiano. Assim sendo, foi o Padre Mamiani que, supondo pelos indícios, utilizou-se da experiência ali adquirida e confeccionou as obras eminentemente didáticas, e, de volta à Europa preparou as publicações na Oficina Tipográfica de Miguel Deslandes, impressor de Sua Majestade com todas as licenças necessárias. Foi naquela região, tendo os kiriris sergipanos como

19 Denominação corrente na época para obras que deveriam seguir critérios como brevidade na exposição de aspectos fundamentais das estruturas gramaticais das línguas.

objeto de estudo que ele como numa espécie de pesquisa participante, elaborou e colocou em prática o primeiro catecismo e a primeira Gramática kiriri, que como o próprio Leite afirma "correram o mundo" (Houve desta mesma obra uma edição alemã Leipzig em 1852 e duas em português no Rio de Janeiro sendo a primeira em 1877 e a segunda em 1942).

Cabe aqui transcrever alguns dos exercícios contidos no Catecismo kiriri, pois assim se tem a idéia de como eram ministradas as aulas naquela pequena aldeia de Sergipe. Elaborado segundo o estilo de pergunta e resposta, quando inquiridos sobre as determinações do 1º mandamento respondiam os índios:

D (discípulo) – Manda também que não demos crédito às observâncias vãs e abusões dos nossos avós, porque havemos de crer em um só Deus.

M (mestre) – Contai-me algumas dessas abusões para melhor guardarmo-nos delas.

D – Curar os doentes com assopro; curar de palavras ou com cantiga; pintar o doente com jenipapo, para que não seja conhecido do diabo, e o não mate; espalhar cinza à roda da casa onde está um defunto, para que o diabo daí não passe a matar outros; botar cinza no caminho, quando se leva um doente, para que o diabo não vá atrás dele; esfregar uma criança com porco-do-mato e lavá-la com Aloá, para que, quando for grande seja bom caçador, e bom bebedor; não sair de casa de madrugada, nem à noite, para não se topar com a bexiga no caminho; fazer vinho, derrama-lo no chão e varrer o adro da casa para comer com as as bexigas.

M – De que coisa mais havemo-nos de guardar?

D – De todas as abusões dos Feiticeiros; de adivinhar as coisas futuras; de dar crédito e agouros; de botar feitiços para matar o próximo; de dar crédito a sonhos. E de todas as festas supersticiosas. (MAMIANI. In: DANTAS, 1979-1982, p. 71).

A presença de Mamiani, fez da Aldeia de Geru, um centro de referência cultural em relação aos outros aldeamentos e missões jesuíticas e não jesuíticas

(capuchinhos, franciscanos, carmelitas, teresios, etc) em Sergipe. Os Jesuítas ocuparam também o Vale do cotinguiba, região produtora de açúcar, com suas residências em Laranjeiras. Primeiro no lugar denominado "Retiro" foi construída em 1701 a Igreja de Santo Antônio e em anexo uma casa assobradada para servir de residência. Em 1734 os jesuítas inauguraram seu segundo templo, na região da "Comandaroba". Por certo a presença jesuítica acompanharia o alargamento da colonização sergipana, não fosse o Alvará que decretou sua expulsão, em 1759, sob o argumento de que "Sua Majestade julga necessário tirar os estudos da língua latina, grega e hebraica e a arte da retórica da ruína a que estão reduzidas e dar-lhes o antigo lustre que tornou os portugueses tão notáveis na república das Letras". (ALVARÁ 1759 *apud* CARDOSO, 2002, p. 292)

O Alvará tem duas faces: uma política, vinculada diretamente a coroa portuguesa, aquele tempo representada pelo futuro Marques de Pombal e a outra de natureza pedagógica, pondo em cheque o método de ensino e os livros adotados pelos jesuítas no Brasil. Afirmando que o ensino dever sofrer uma reforma e que para tal voltar ao "[...] método antigo, reduzido aos termos simples, claros e de maior facilidade que se pratica atualmente nas nações mais polidas da Europa, conformando-se, para fim de determinar com o parecer dos homens mais doutos e instruídos neste gênero e erudições." (ALVARÁ, 1979 *apud* CARDOSO, 2002, p. 294).

Assim ele expõe:

Nem nas ditas classes, nem outras algumas destes reinos que estejam estabelecidas ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro método que não seja o Novo Método da Gramática Latina, reduzido a Compêndio para uso das escolas da Congregação do Oratório, composto pelo padre Antonio Pereira da mesma congregação; ou a Arte da Gramática Latina reformada por Antonio Félix Mendes, professor de Lisboa. Hei por proibida para o ensino das escolas a Arte de Manoel Álvares, como aquela que contribuiu mais para fazer difi-

cultoso o estudo da latinidade nestes reinos. E todo aquele que usar na sua Escola a dita Arte ou qualquer outra que não seja as duas acima referidas, sem preceder especial e imediata licença minha, será logo preso para ser castigado a meu real arbítrio, e não poderá mais abrir classes nestes reinos e seus domínios. (ALVARÁ *apud* CARDOSO, 2002, p. 296).

Proibem, ainda, os comentadores de Manoel Álvares, como Antonio Franco, João Nunes Freire, José Soares e em especial Madureira, a Prosódia de Bento Pereira "pelo perigo que há de se lhes imprimir, logo nos primeiros anos, a multidão de palavras bárbaras, de que está cheia." (ALVARÁ, 302). Assim, com a vigência do Alvará e o seqüestro dos seus bens, os jesuítas que influíram por quase dois séculos na vida da capitania, tiveram todos os seus vínculos – intelectuais e simbólicos – quebrados. Saíram de Sergipe, mas deixaram sua marca na formação, educação e cultura do povo sergipano. E, diferentemente do que ocorreu em outros lugares, como na Bahia e em Pernambuco, onde nos meados do século XIX os jesuítas voltaram com os seus colégios respectivamente Antonio Vieira em Salvador e Nóbrega em Recife, para Sergipe não houve regresso, mas suas marcas continuam, principalmente em Santa Luzia do Itanhý, Tomar do Geru, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras e Japoatã, onde suas edificações, feitas entre os séculos XVII e XVIII, ainda sobrevivem.

Considerações Finais

É notória a grande participação do clero na vida administrativa da colônia, responsável que era pelo registro de batismo, casamentos, mortes, além da assistência social que era alçada, bem como a responsabilidade pelo sistema educacional, como também a edificação de capela ou de igreja que geralmente

precedia da vida urbana das regiões. Levantadas, as capelas e igrejas, com o decorrer do tempo, iam tornando-se o centro de convergência da população circunvizinha, que ali acorria em dias de missa e festas devocionais.

Quanto à educação, o que se pôde perceber ao longo deste estudo, foi que não há apenas uma forma de educar ou escolarizar ministrada pelos membros da Companhia de Jesus. Em suas ações, podemos perceber ao menos cinco maneiras de apreender a educação. A primeira delas é através da catequese quando eles, através da doutrina, ensinam os princípios cristãos. A segunda forma é quando eles ensinam comportamento e acabaram por "civilizá-los" na medida em que ensinavam como vestir-se, como e o que comer, como falar, como se portar. É verdade que para alguns teóricos tais procedimentos ao invés de civilizá-los acabou por desaculturá-los, pois eles deixaram de lado os seus costumes e incorporaram outros que não os seus antepassados. A terceira forma de educação está ligada a vida prática, econômica, pois os jesuítas foram de fundamental importância para que os índios deixassem o seu nomadismo e assentassem residência e desenvolvessem uma cultura de subsistência. A quarta maneira esta relacionada à suas escolas de primeiras letras, onde ensinavam a ler, escrever e contar aos índios e aos filhos de colonos. A quinta, por sua vez, está vinculada aos seus seminários onde se aprendiam filosofia e teologia que formavam padres e irmãos para darem continuidade ao trabalho iniciado por Inácio de Loyola.

O que se pode concluir é que em Sergipe os jesuítas, embora em algum momento da história, tenham se deixado corromper pelas riquezas da terra, dedicaram-se à conversão dos indígenas e, com esse intuito, ministraram noções não só do cristianismo, mas noções de casos de consciência, além de os terem iniciado na vida prática e da organização social sob a ótica do colonizador. Também deram um passo importante na história dos estudos sobre línguas e linguagem. A postura linguística adotada no Brasil visava o domínio da língua dos índios pelos jesuítas por isso se tornou necessário que o religioso

conhecesse a língua para realizar missas que pudessem ser compreendidas pelos nativos e também para efetivar a confissão. Foi assim que Sergipe, embora pequeno e cheio de intrigas envolvendo religiosos, governantes e colonos foi palco e cenário do feito e prática da primeira gramática kiriri.

Referências

- ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas, Informações e Fragmentos Históricos e Sermões** – Cartas Jesuíticas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1939.
- ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe Padre Gaspar Lourenço. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 21.S/d.
- ARQUIDIOCESE DE ARACAJU. **Livro de tombo da Diocese de Aracaju**. Arquidiocese de Aracaju. Aracaju/Se, 1953.
- ASSUMPÇÃO. T. Lino de. **História Geral dos Jesuítas**. 2. ed. Lisboa: Moraes editores, 1982.
- AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.
- BARRETO, Luiz Antonio (Org.). **Catequese/1575: Documentos para a sua história em Sergipe Aracaju: SEC/SE**, 1975.
- BITTENCOURT. Liberato. **Nova História da Literatura Brasileira**. Vol. I. Rio de Janeiro: Ofs. Gráfs. do Ginásio 28 de Setembro, 1942.
- CABRAL, Pe. Luiz Gonzaga. **Discurso Inaugural da Estátua de Christo Redemptor**, em São Cristovam. Sergipe, 1926.

CALAFATE, Pedro. Oliveira Martins: **A Filosofia da História e a Imagem dos jesuítas**. (Separata de Ao Encontro da palavra, homenagem a Manuel Antunes, faculdade de Letras de Lisboa, 1986).

COUTO, Jorge. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994.

DANTAS, Beatriz Góis; DALLARI. Dalmo de Abreu. **Terra dos Índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Editora Parma Ltda/ Comissão pró-índio, 1980.

_____. A Missão Indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, p. 65-87. 1979-1982.

DAZEVEDO, M.D. Moreira. Instrução pública nos tempos coloniais do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LV, p.141-157. 1891.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891.

_____. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/ SEC-SE/ FUNDEPAH, 1995.

_____. 2 ed. **Os Portugueses no Brasil**: Estudo Histórico e Crítico (século XVI ao século XIX). São Cristóvão: Fundação Oviedo Teixeira/Editora da UFS, 2000.

LEITE, Serafim. **História da Companhia e Jesus no Brasil**. Tomo V. Rio de Janeiro/Lisboa: Instituto Nacional do Livro/Livraria Portugalia, 1945.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos**. Portugal: Publicações Europa-América, s/d.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que da Razão ao Estado do Brasil (1611)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

_____. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Tomo I. Rio de Janeiro: SUVALE/Ministério do Interior, 1972.

PORTUGAL. Alvará de 28 de junho de 1759. Pelo qual Sua Majestade julga necessário tirar os estudos de língua latina, grega e hebraica e a arte de retórica da ruína a que estão reduzidas e dar-lhes o antigo lustre que tornou os portugueses tão notáveis na República das Letras. In: CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

PRADO, Ivo do. **A capitania de Sergipe e suas Ouvidorias: Memórias sobre questões de limites**. Rio de Janeiro: s/ editora, 1919.

SACHINO, Francisco. In: LEAL, Antonio Henriques. **Apontamentos para a história dos Jesuítas no Brasil**. TOMO II, 1874.

SANTOS, José Bezerra dos. **O Tesouro de Jaboatão: História e Fantasia**. Aracaju: Livraria Regina/Movimento Cultural de Sergipe, 1955.

SOUZA, D. Marcos Antonio de. **Memória sobre a capitania de Sergipe**. Aracaju: SEC/SE, 2005.

SOUZA, Kátia Maria Araújo. **As missões Capuchinhas no Baixo São Francisco Sergipano Séc XVII-XVIII: O altar e o Trono no Período Colonial**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação/ Núcleo de Ciências Sociais, UFS, São Cristóvão, 1997.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/editora Massangana, 2000.

TOLOSA, Inácio de. Carta de 07 de Setembro de 1575. (Manuscrito).

TRAVASSOS, Antonio José da Silva. **Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe**. Aracaju: SEC/SE, 2005.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial. (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.